

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **ZOOTECNIA/RECURSOS PESQUEIROS**

Coordenador de Área: Telma Teresinha Berchielli (UNESP-Jab)

Coordenador-Adjunto de Área: Clóves Cabreira Jobim (UEM)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Marcos Inácio Marcondes (UFV)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros conta, no ano de 2013, com 61 programas de Pós-graduação; 30 de mestrado (28 acadêmicos e 2 profissionais), 30 de mestrado e doutorado, e um de doutorado. O estado da arte da Área consta de Programas com atuação nas áreas de Zootecnia (50) e Recursos Pesqueiros (11 Programas) (Figura 1). Do ano de 2009 até o momento houve um crescimento de 27% no número de Programas de Pós-Graduação. Referente ao Mestrado Profissional, no triênio 2010/2012 nenhuma proposta foi submetida à Área, o que revela a política de incremento nessa direção. Uma discussão acerca da questão já teve lugar na ocasião do último Seminário de Acompanhamento, em 2012, durante o qual se levantou inúmeras na tentativa de avaliar esse comportamento.

Além do crescimento expressivo observado nos últimos anos, a Área tem atingido níveis de excelência em termos qualitativos, os quais se expressam no incremento produção acadêmico-científica dos docentes e discentes envolvidos na Pós-Graduação e na, evidente qualidade das Teses e Dissertações produzidas nos Programas. A Zootecnia/Recursos Pesqueiros compreende 6 programas com notas 6 e 7, 10 programas com nota 5 e 45 Programas com notas 3 e 4, distribuídos nas duas áreas de atuação conforme pode ser observado na Figura 1.

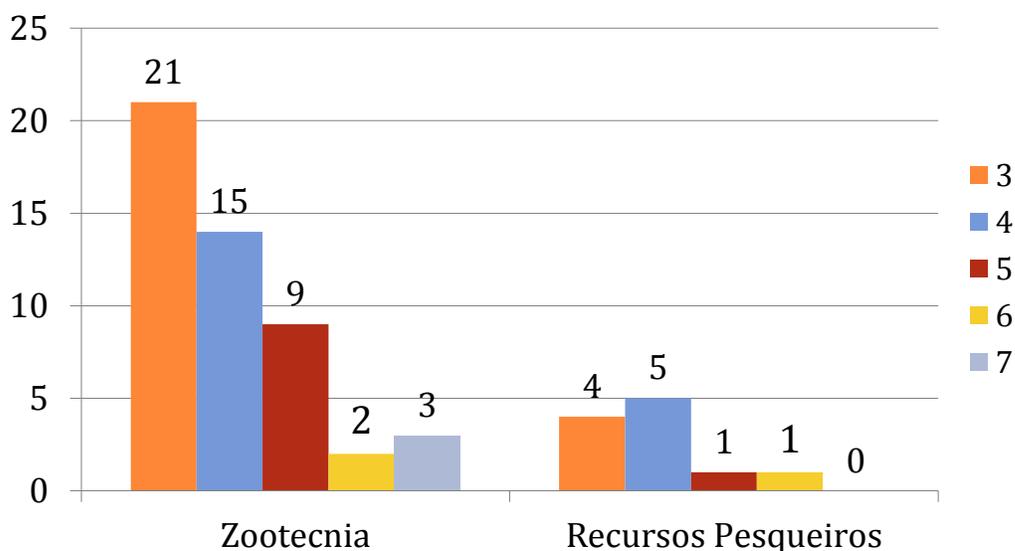


Figura 1. Distribuição do Programas da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros quanto às notas e nas duas subáreas (Zootecnia e Recursos Pesqueiros)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Quanto à distribuição dos programas na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, 20 estão na região Sudeste; 19, no Nordeste; 10, no Sul; 7, no Centro-Oeste; e 5, no Norte. Ressalta-se que, dos programas com doutorado, 12 estão na região Sudeste; 6, no Sul; 3 no Centro-Oeste; 4, no Norte; e 6, no Nordeste. Na região Nordeste há um programa de doutorado, em forma associativa com as instituições Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal Rural de Pernambuco. O que demonstra que a Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros ainda apresenta assimetrias regionais expressas no número reduzido de programas nas regiões Norte e Centro-Oeste, o que pode ser observado na Figura 2. Porém, o número de programas em nível de mestrado e doutorado no Nordeste são equivalente aos das regiões Sul e Sudeste.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA



Figura 2. Distribuição dos Programas da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros por região.

A inserção social da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros é extremamente relevante. Graças ao papel protagônico dos Programas de Pós-Graduação da Área, pôde se constatar aumentos significativos na produção e na produtividade dos rebanhos brasileiros, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Isso tem refletido no aumento de alimentos de qualidade e na elevação das



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

exportações do agronegócio brasileiro.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial e maior exportador de carne bovina e de frango e quarto maior produtor e exportador de carne suína. A produção de leite no Brasil é suficiente para abastecer toda a demanda interna da população e há ainda excedentes que são exportados. A produção de alimentos de origem animal no Brasil apresenta correlação positiva com o número de mestres e doutores titulados na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Nas últimas décadas o Brasil tem sido modelo de Agropecuária Tropical e tem exportado tecnologia para diversos países, principalmente os da América Latina e da África. Os índices de produção e de produtividade dos rebanhos nacionais são equivalentes aos dos países da Europa e da América do Norte, o que torna o país altamente competitivo na agropecuária mundial, em razão dos menores custos de produção.

INTERDISCIPLINARIDADE

O perfil do egresso da Zootecnia é descrito como o profissional que atua em atividades relativas ao agronegócio, animais silvestres, animais de companhia, de esporte e lazer, tanto em âmbito público como privado, em fazendas e granjas; em estabelecimentos agroindustriais; em indústrias de rações, fármacos, produtos biológicos e outros insumos para animais; em instituições de ensino e centros de pesquisa; em empresas de consultoria agropecuária; em comercialização de insumos e produtos agropecuários.

Os principais temas abordados na formação do Zootecnista são: Nutrição Animal; Ciências do Solo, Forragicultura e Pastagens; Biologia Molecular e Melhoramento Genético Animal; Produção Animal em Culturas Zootécnicas; Gestão em Agronegócio; Biotecnologias aplicadas em Zootecnia; Atividades Agropecuárias com Sustentabilidade Ambiental; Tecnologia e Biossegurança dos Produtos de Origem Animal; Sociologia e Extensão Rural; Criação e Preservação de Animais Silvestres; Criação de Animais de Companhia, Lazer e Esportes. Considerando as áreas de competência do Zootecnista, é natural que ocorra interface com áreas do conhecimento da Agronomia, da Medicina Veterinária, da Biologia, entre outras. No entanto, no contexto da formação de profissionais em nível de Pós-Graduação com atuação na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, a interdisciplinaridade/multidisciplinaridade ganha maior dimensão. Este fato é evidenciado pela diversificação de profissionais (Biólogos, Agrônomos, Veterinários, Geógrafos, Estatísticos,...) que buscam os cursos de Pós-Graduação na área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Em muitos programas esta situação tem exigido um processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, por conta da proposta do Programa/Curso ou mesmo do perfil proposto ao egresso.

Outro fato relevante é que devido ao grande número de Programas/Cursos em Ciência Animal, localizados em regiões que contemplam diferentes biomas, as questões de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade são de grande relevância na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Atualmente, a interdisciplinaridade tem sido reforçada devido a maior atuação dos pós-graduados em Zootecnia em áreas antes menos expressivas para a Zootecnia, como por exemplo a Criação de animais de companhia-PET, Gestão ambiental, entre outras. Esse cenário confere à área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros uma exigência de ampla interdisciplinaridade/multidisciplinaridade. Nessa perspectiva, a Área de Zootecnia é por natureza multidisciplinar e interdisciplinar, uma vez que o seu campo de pesquisas e de atuação envolvem disciplinas de diferentes áreas do conhecimento (matemática, química, bioquímica, genética, economia, administração, etc.).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A inserção/incidência dos Programas/Cursos da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros no Ensino Médio corresponde basicamente a atuação dos alunos dos Programas de Pós-Graduação no ensino médio, por meio de estágios docência em escolas Politécnicas e Colégios Agrícolas; Inserção social dos Programas em atividades nas escolas de nível médio; PRONATEC Escola Agrícola; PIBIC Júnior; Incentivo a Editais para bolsas Junior de Fundações Estaduais; Ações decorrentes de políticas institucionais como por exemplo as chamadas “Mostra de Profissões”.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

Os Programas de Pós-Graduação da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros (Mestrado (Acadêmico), Doutorado e Mestrado Profissional) devem demonstrar inserções regionais e nacionais relevantes. Muitos dos Programas de Pós-Graduação têm mantido convênios altamente profícuos com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com as Empresas Estaduais de Pesquisa Agropecuária, com os Institutos de Pesquisa Agropecuária e com os demais órgãos de pesquisa do país.

MESTRADO (ACADÊMICO)

1. Proposta do Curso

Os elementos essenciais da proposta do Programa incluem os objetivos, a área de concentração, linhas de pesquisa e a estrutura curricular. Esses elementos devem estar bem definidos, articulados uns com os outros de modo coerente e devem ser consistentes com a base/linhas de pesquisa do grupo proponente.

A proposta deve apresentar de forma clara os objetivo(s) e as justificativas(s) para a implantação do novo Programa de Pós-Graduação. As propostas deverão ser inovadoras, relevantes do ponto de vista científico e tecnológico, contribuindo para o crescimento da área.

Quando oriundas de regiões carentes de Programas de Pós-Graduação, deverão apresentar inserção regional, demonstrando o benefício da criação do Programa para o desenvolvimento regional. O perfil do profissional a ser formado deverá ser bem especificado, caracterizando as suas habilidades e competências.

A proposta deve ser bem estruturada e evidenciar que o grupo proponente trabalha de forma articulada junto à instituição e em grupos de pesquisa. Propostas em associação deverão apresentar todos os procedimentos e documentos que regulamentam as atividades do Curso/Programa.

Os critérios de credenciamento e recredenciamento dos docentes devem ser apresentados de forma clara e objetiva e devem constar do regimento ou de resolução do curso.

O regimento do Curso/Programa de Pós-Graduação deverá ser anexado, explicitando todas as normas que regulamentam o curso, assim como a sistemática do processo de seleção de alunos, incluindo o número de vagas, a periodicidade e os critérios de avaliação.

A matriz curricular deve ser adequada à(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa propostos. A ementa e a bibliografia das disciplinas deverão ser atualizadas e adequadas ao nível do curso e ao perfil de formação do aluno. Sendo importante salientar que as ementas devem sintetizar o conteúdo das disciplinas (não seus objetivos ou procedimentos de ensino).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Corpo Docente

O corpo docente deverá ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor, com produção intelectual pertinente à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa do Programa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

O Curso/Programa deverá apresentar no mínimo dez (10) docentes permanentes, número este considerado o mínimo necessário para garantir o adequado funcionamento das atividades.

Duas recentes Portarias da CAPES normatizam a composição do corpo docente para os Programas de Pós-Graduação, atualizando a legislação anterior. A Portaria CAPES nº 01/2012 define a atuação dos docentes no programa, estabelecendo o número de programas dos quais um docente pode participar como permanente; adicionalmente fixa diretrizes para que cada área defina o percentual de docentes colaboradores na proposta. A Portaria CAPES nº 02/2012 define as categorias de docentes (permanentes, colaboradores e visitantes) estabelecendo os requisitos para que cada docente seja incluído numa destas categorias.

Os critérios referentes à composição do corpo docente no tocante à participação de colaboradores, e o percentual de docentes permanentes com tempo integral à Instituição: a) 70% dos docentes permanentes devem ter dedicação integral; b) 30% deve ser a proporção máxima de docentes colaboradores no total do corpo docente; c) participação de docentes permanentes em até dois programas na mesma IES ou em IES distintas.

Conforme estabelece os citados documentos legais, os docentes de um Programa de Pós-Graduação são caracterizados como professores permanentes, visitantes e colaboradores. O núcleo de docentes permanentes deve ser composto por professores que demonstram capacidade de conduzir as principais atividades do Programa sem dependência da participação de docentes colaboradores e visitantes. Docentes visitantes e colaboradores, caso existam, devem agregar qualidade à proposta.

Recomenda-se que a proposta incorpore um pequeno perfil de cada docente, informando, por exemplo, a participação de membros do corpo docente em atividades que revelam liderança na área, intercâmbio, e participação em redes de pesquisa. Essas informações contribuem para aferir a maturidade do corpo docente proposto e sua capacidade de liderar grupos de pesquisa bem sucedidos.

Para a implantação do Mestrado Acadêmico os docentes deverão ter experiência de orientação na graduação (iniciação científica e/ou trabalho de conclusão de curso).

É desejável, ainda, que o corpo docente não seja todo ele composto por recém-doutores ou todo ele composto por doutores com tempo de atuação profissional que ultrapasse a exigência legal para aposentadoria, ou que já estejam aposentados em outras instituições, e que tenham sido reunidos apenas com o objetivo de constituir um grupo experiente para iniciar um Programa em uma nova instituição. Evidentemente, alguns docentes experientes e já aposentados, mas ainda muito produtivos devem ser sempre bem-vindos.

Finalmente é importante, desde o seu início, que o Programa apresente os critérios que utilizará para credenciamento e descredenciamento de docentes. Tais critérios devem ser necessariamente, congruentes com o corpo docente inicialmente proposto para o Programa.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa deverão estar coerentemente vinculados à proposta do Programa e à(s) área(s) de concentração. É necessário ressaltar que os projetos de pesquisa devem abranger e refletir as atividades do Programa (e não atividade docente).

A proposta deve destacar os apoios (em formas de financiamentos ou parcerias) recebidos pelos projetos de pesquisa em desenvolvimento, o que assegura uma maior visibilidade das iniciativas e capacidade de captação de recursos do corpo docente. Tais apoios constituem, adicionalmente,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

evidências do mérito das propostas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo. É importante que a proposta registre as formas de intercâmbio e inserção dos docentes em redes de pesquisa nacionais e/ou internacionais, que revelem sua articulação com centros de pesquisa relevantes para a área de concentração ou linhas de pesquisa do Programa.

4. Produção Intelectual

A produção intelectual dos docentes permanentes deverá guardar estreita relação com a(s) área(s) de concentração e com as linhas e projetos de pesquisa do curso proposto, assim como com o perfil de formação desejado. Os docentes permanentes devem possuir publicação científica de qualidade e vinculada à proposta do Programa. Para ser recomendada, a proposta deve atender aos critérios mínimos exigidos para nota 3, no caso de mestrado, conforme critérios de avaliação da área.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Ao propor a criação de um Programa de Pós-Graduação é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas *on line*.

Os laboratórios, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa do corpo docente devem estar assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Além de salas de aula e laboratórios, a Instituição deve garantir, também, a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do Programa e especialmente áreas de campo e instalações para pesquisa com animais.

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que a mesma foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da Instituição, assegurando o apoio necessário para a implementação do Curso.

Documentos que explicitem, de forma mais detalhada, o apoio que a Instituição pretende dar ao Curso, podem contribuir para melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente às atividades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação.

6. Outras recomendações

As propostas são avaliadas globalmente, observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: os objetivos, a concepção sobre a formação a ser oferecida, a base de pesquisa, a matriz curricular, a qualificação e experiência do corpo docente e as condições institucionais.

A proposta de um curso novo deve refletir a realidade de produção científica e organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do corpo docente permanente). Ainda que a proposta possa projetar desenvolvimentos futuros do grupo, espera-se que ela descreva uma realidade que pode ser claramente visualizada face às condições presentes de atuação do corpo docente permanente.

DOUTORADO

1. Proposta do Curso

Os elementos essenciais da proposta do Programa incluem os objetivos, a área de concentração,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

linhas de pesquisa e a estrutura curricular. Esses elementos devem estar bem definidos, articulados uns com os outros de modo coerente e devem ser consistentes com a base/linhas de pesquisa do grupo proponente.

A proposta deve apresentar de forma clara os objetivo(s) e as justificativas(s) para a implantação do novo Programa de Pós-Graduação. As propostas deverão ser inovadoras, relevantes do ponto de vista científico e tecnológico, contribuindo para o crescimento da área.

Quando oriundas de regiões carentes de Programas de Pós-Graduação, deverão apresentar inserção regional, demonstrando o benefício da criação do Programa para o desenvolvimento regional. O perfil do profissional a ser formado deverá ser bem especificado, caracterizando as suas habilidades e competências.

A proposta deve ser bem estruturada e evidenciar que o grupo proponente trabalha de forma articulada junto à instituição e em grupos de pesquisa. Propostas em associação deverão apresentar todos os procedimentos e documentos que regulamentam as atividades do Curso/Programa.

Os critérios de credenciamento e credenciamento dos docentes devem ser apresentados de forma clara e objetiva e devem constar do regimento ou de resolução do curso.

O regimento do Curso/Programa de Pós-Graduação deverá ser anexado, explicitando todas as normas que regulamentam o curso, assim como a sistemática do processo de seleção de alunos, incluindo o número de vagas, a periodicidade e os critérios de avaliação.

A matriz curricular deve ser adequada à(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa propostos. A ementa e a bibliografia das disciplinas deverão ser atualizadas e adequadas ao nível do curso e ao perfil de formação do aluno. Sendo importante salientar que ementas devem sintetizar o conteúdo das disciplinas (não seus objetivos ou procedimentos de ensino).

2. Corpo Docente

O corpo docente deverá ser constituído exclusivamente de docentes portadores do título de doutor, com produção intelectual pertinente à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa do programa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

O Curso/Programa deverá apresentar no mínimo dez (10) docentes permanentes, número este considerado o mínimo necessário para garantir o adequado funcionamento das atividades.

Duas recentes Portarias da CAPES normatizam a composição do corpo docente para os Programas de Pós-Graduação, atualizando a legislação anterior. A Portaria CAPES nº 01/2012 define a atuação dos docentes no programa, estabelecendo o número de programas dos quais um docente pode participar como permanente; adicionalmente fixa diretrizes para que cada área defina o percentual de docentes colaboradores na proposta. A Portaria CAPES nº 02/2012 define as categorias de docentes (permanentes, colaboradores e visitantes) estabelecendo os requisitos para que cada docente seja incluído numa destas categorias.

Os critérios referentes à composição do corpo docente no tocante à participação de colaboradores, e o percentual de docentes permanentes com tempo integral à Instituição: a) 70% dos docentes permanentes devem ter dedicação integral; b) 30% deve ser a proporção máxima de docentes colaboradores no total do corpo docente; c) participação de docentes permanentes em até dois programas na mesma IES ou em IES distintas.

Conforme estabelece os citados documentos legais, os docentes de um Programa de Pós-Graduação são caracterizados como professores permanentes, visitantes e colaboradores. O núcleo de docentes permanentes deve ser composto por professores que demonstram capacidade de conduzir as principais atividades do Programa sem dependência da participação de docentes colaboradores e visitantes. Docentes visitantes e colaboradores, caso existam, devem agregar qualidade à proposta.

Recomenda-se que a proposta incorpore um pequeno perfil de cada docente, informando, por exemplo, a participação de membros do corpo docente em atividades que revelam liderança na área,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

intercâmbio, e participação em redes de pesquisa. Essas informações contribuem para aferir a maturidade do corpo docente proposto e sua capacidade de liderar grupos de pesquisa bem sucedidos.

Para a implantação de Doutorado os docentes deverão ter experiência de orientação na graduação (iniciação científica e/ou trabalho de conclusão de curso) e, na Pós-Graduação (mestrado).

É desejável, ainda, que o corpo docente não seja todo ele composto por recém-doutores ou todo ele composto por doutores com tempo de atuação profissional que ultrapasse a exigência legal para aposentadoria, ou que já estejam aposentados em outras instituições, e que tenham sido reunidos apenas com o objetivo de constituir um grupo experiente para iniciar um Programa em uma nova instituição. Evidentemente, alguns docentes experientes, e já aposentados, podem trazer contribuição relevante à proposta do curso.

Finalmente é importante, desde o seu início, que o Programa apresente os critérios que utilizará para credenciamento e descredenciamento de docentes. Tais critérios devem ser necessariamente, congruentes com o corpo docente inicialmente proposto para o Programa.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa deverão estar coerentemente vinculados à proposta do Programa e à(s) área(s) de concentração. É necessário ressaltar que os projetos de pesquisa devem abranger e refletir as atividades do programa (e não atividade docente).

A proposta deve destacar os apoios (em formas de financiamentos ou parcerias) recebidos pelos projetos de pesquisa em desenvolvimento, o que assegura uma maior visibilidade das iniciativas e capacidade de captação de recursos do corpo docente. Tais apoios constituem, adicionalmente, evidências do mérito das propostas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo.

É importante que a proposta registre as formas de intercâmbio e inserção dos docentes em redes de pesquisa nacionais e/ou internacionais, que revelem sua articulação com centros de pesquisa relevantes para a área de concentração ou linhas de pesquisa do Programa.

4. Produção Intelectual

A produção intelectual dos docentes permanentes deverá guardar estreita relação com a(s) área(s) de concentração e com as linhas e projetos de pesquisa do curso proposto, assim como com o perfil de formação desejado. Os docentes permanentes devem possuir publicação científica de qualidade e vinculada à proposta do programa. Para ser recomendada, a proposta deve atender aos critérios mínimos exigidos para a nota 4, no caso de doutorado, conforme critérios de avaliação da área.

É recomendável conhecer os indicadores de produção na área, descrevendo como o grupo se situa em relação a esse perfil e como projeta o seu desenvolvimento.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Ao propor a criação de um Programa de Pós-Graduação é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas *on line*.

Os laboratórios, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa do corpo docente devem estar assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Além de salas de aula e laboratórios, a Instituição deve garantir, também, a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do Programa e especialmente áreas de campo e instalações para pesquisa com animais.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que a mesma foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da Instituição, assegurando o apoio necessário para a implementação do curso.

Documentos que explicitem, de forma mais detalhada, o apoio que a Instituição pretende dar ao Curso, podem contribuir para uma melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente as atividades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação.

6. Outras recomendações

As propostas são avaliadas globalmente, observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: os objetivos, a concepção sobre a formação a ser oferecida, a base de pesquisa, a estrutura curricular, a qualificação e experiência do corpo docente e as condições institucionais.

A proposta de um Curso novo deve refletir a realidade de produção científica e organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do corpo docente permanente). Ainda que a proposta possa projetar desenvolvimentos futuros do grupo, espera-se que ela descreva uma realidade que pode ser claramente visualizada face às condições presentes de atuação do corpo docente permanente.

MESTRADO PROFISSIONAL

O mestrado profissional (MP) é uma modalidade de formação em Pós-Graduação voltada para um público preferencialmente de fora da academia e que enfatiza uma qualificação destinada à pesquisa aplicada, produção de tecnologias e inovação dos processos e da gestão da produção no Complexo Agroindustrial Brasileiro. Trata-se de um treinamento orientado por demandas bem qualificadas e ênfase para a solução de problemas do setor produtivo. O MP é voltado para a aplicação de conhecimento e para objetivos profissionais representando além da qualificação técnica, um meio de transferência de conhecimento. Deve formar mestres para o exercício preferencial de profissões outras que não envolvem docência acadêmica e pesquisa científica, mas devem receber formação que os capacite a fazer análise crítica do conhecimento e de sua aplicação. A função básica de um MP deve ser a de obter desenvolvimentos significativos de competências superiores de nível crítico, estratégico, criativo, analítico e interpretativo sobre questões e problemas do setor, conforme interesses e expectativas da sociedade.

Esta modalidade de Pós-Graduação caracteriza-se por abordagem interdisciplinar de modo a integrar conhecimento sem concentração disciplinar rígida, mas que mantém estreita relação com a academia e com o setor produtivo. Deve ter caráter próprio e não pode sobrepor-se ao mestrado acadêmico. Para assegurar seu funcionamento, o projeto de MP deve prever bases regulares centradas nos seguintes aspectos: conceitos acadêmicos norteadores, núcleo docente básico, suporte administrativo e infraestrutura física. A proposta de criação deve expressar os objetivos detalhados e apresentar de forma clara e direta a associação entre as atividades de formação e a qualificação técnico-profissional do egresso; e o curso pode ainda ser criado para induzir o surgimento de novos campos de atividade profissional qualificada.

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Com tais características, a proposta estaria suficientemente diferenciada de iniciativas de atualização profissional, como aquelas promovidas regularmente por cursos de especialização. Uma proposta de Mestrado Profissional na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros deve articular de modo consistente as disposições, definições e orientações estabelecidas na Portaria Normativa MEC nº 17/2009.

III. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação Trienal 2013

O documento foi elaborado pela Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, conforme recomendações do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) e discussões e sugestões obtidas nos Seminários de Acompanhamento com os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação.

<i>Quesito</i>	Peso	
	Acadêmicos	Profissionais
1. Proposta do Programa	-	-
2. Corpo Docente	20%	20%
3. Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	30%
4. Produção Intelectual	35%	30%
5. Inserção Social e Relevância	10%	20%

A Proposta do Programa tem peso zero para fins de contabilização da nota do Programa. No entanto, a avaliação deste quesito (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente) é considerada um indicador qualitativo na atribuição da nota final do Programa.

O Corpo Docente deve ter competência e maturidade científica para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e orientação do Programa.

O Corpo Discente, Teses e Dissertações e a Produção Intelectual (quesitos 3 e 4) serão considerados como pontos centrais ou mais relevantes na avaliação por valorizar os produtos e não os processos.

Na inserção social será analisada a atuação do Programa no contexto regional, nacional e internacional, considerando o impacto científico, tecnológico, econômico e educacional, e o envolvimento em ações de integração social e de solidariedade.

Portanto, a Ficha de Avaliação representa a posição da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros em relação a todos os itens envolvidos no processo de avaliação. Adicionalmente, permite orientar os Programas, de maneira clara, transparente, participativa e informativa, na busca da qualidade e na melhoria do desempenho, a partir da definição de critérios objetivos. A Planilha de Síntese da Avaliação discriminará os diferentes aspectos dos Programas, classificando-os nos conceitos Regular, Bom ou Muito Bom, de forma a permitir a classificação dos programas segundo as notas 3, 4 ou 5, respectivamente. Dentre os Programas nota 5, aqueles que atenderem aos critérios adicionais de avaliação, tais como, inserção internacional, nucleação e inserção social poderão receber as notas 6 ou 7).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros realizou Seminários de Acompanhamento nos anos de 2011 e 2012 que congregaram os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da Área. Os Seminários tiveram como objetivo principal realizar a avaliação continuada relativa ao desempenho dos Programas/Cursos no triênio em curso, assim como discutir os Critérios de Avaliação da Área.

Foram realizadas Reuniões com os Programas de Pós-Graduação nota 3 e discutidas as estratégias para melhorar seu desempenho. Os Relatórios e Comunicados foram disponibilizados na página da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros no portal da CAPES.

Além dos Seminários de Acompanhamento foram realizadas visitas a alguns Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Área, sempre com a presença do Coordenador ou Coordenador-Adjunto, os quais participaram, sempre que possível, dos eventos organizados pelos PPGs na forma de fóruns ou encontros realizados no âmbito de suas Instituições.

Da mesma forma, foram discutidas amplamente as atualizações do Qualis e consequente impacto na avaliação dos Programas. Avaliando os dados de desempenho dos Programas nos anos de 2010 e 2011, em comparação aos dados do triênio 2007-2009, percebe-se uma evolução em relação à produção científica, especialmente no que concerne a publicação em periódicos com Qualis A1 e A2. A maioria dos Programas evoluíram nesse contexto, com migração das publicações para estratos superiores do Qualis. De maneira geral, há uma maior concentração das publicações nos estratos B1 e B2. Esse cenário evidencia a importância do Qualis como norteador na avaliação da produção intelectual dos Programas.

Após as discussões de vários temas colocados nas plenárias, os Coordenadores fizeram sugestões em relação a pontos que deveriam ser incluídos ou melhor avaliados em relação ao Documento de Área. Dentre os vários pontos mencionados, em síntese dos Seminários, destacam-se as seguintes sugestões:

- Utilizar, nos próximos triênios, os Fatores de Impacto (FI) do *Journal Citation Reports* (JCR) médio de cinco anos;
- Retirar avaliação dos egressos discentes (Porcentagem de publicação com participação discente);
- Em relação aos critérios do Qualis estabelecidos pelo CTC-ES há vários anos, questionou-se a posição da Área em relação às proporções dos estratos ($A1 < A2$; $A1 + A2 < 25\%$; $A1 + A2 + B1 < 50\%$), com a argumentação de que se a avaliação é dentro da Área,
- Usar na avaliação livros e patentes de forma diferente da contemplada atualmente;
- Calcular o FI dos Programas (JCR médio), depois da nota 5, o que ajudaria na avaliação comparativa;
- Separar Resumos em Congressos nacionais e internacionais para avaliação de Programas notas 6 e 7.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

IV. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros/Eventos/Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

Qualis periódicos

A classificação foi feita com base nos artigos publicados, no triênio 2007-2009 e nos anos de 2010 e 2011, na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros.

A estratificação em A1, A2, B1 e B2 foi realizada com base no fator de impacto do *Journal Citation Reports* (FI JCR 2011) obtido no ISI Web of Knowledge da Thomson Reuters. As faixas estipuladas foram FI JCR acima de 2,400 para o estrato A1; entre 1,400 e 2,399 para o estrato A2; entre 0,500 e 1,399 para o estrato B1; e entre 0,001 e 0,499 para o estrato B2.

A Comissão de Avaliação do Qualis classificou todos os periódicos que estão na lista ISI Web of Knowledge da Thomson Reuters (*Agriculture, Dairy & Animal Science*; e *Fisheries*), mesmo que apenas com um artigo publicado, com o objetivo de ter um efeito indutor para periódicos com aderência à área.

As estratificações em B3, B4 e B5 foram realizadas com base nas sete principais bases indexadoras da área. No estrato C foram incluídos os periódicos que não têm aderência à área ou que não se enquadram nos critérios explicitados para os demais estratos. A Revista Brasileira de Zootecnia, foi mantida com classificação Qualis B1, para o presente triênio, com decisão deliberada no Seminário de Acompanhamento 2012.

Os critérios e pontos de corte indicados abaixo foram considerados para a estratificação dos periódicos, considerando-se os fatores de impacto e as sete principais bases indexadoras da área.

Tabela de classificação dos periódicos da Área

Classificação	Pesos	Critérios
A1	100	Fator de impacto do JCR maior ou igual a 2,400
A2	85	Fator de impacto do JCR entre 1,400 e 2,399
B1	70	Fator de impacto do JCR entre 0,500 e 1,399
B2	55	Fator de impacto do JCR entre 0,001 e 0,499
B3	40	Indexado em pelo menos quatro bases indexadoras *
B4	25	Indexado em pelo menos três bases indexadoras *
B5	10	Indexado em uma base indexadora *
C	0	Impróprio, não tem aderência à área ou não atende os critérios explicitados para os demais estratos

JCR – Journal of Citation Reports, ISI Web of Knowledge – Thomson Reuters.

*Bases Indexadoras:

AGRIS – International Information System for the Agricultural Sciences and Technology;

ASFAs – Aquatic Sciences and Fisheries Abstracts;

BIOSIS – Biological Abstracts;

CAB – Commonwealth Agricultural Bureau;

PUBMED/MEDLINE – U.S. National Library of Medicine;

SCIELO – Scientific Electronic Library Online;

SCOPUS – Elsevier

A Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros não adotará o roteiro para classificação de livros, pois a mesma utiliza de modo pouco expressivo esta modalidade de publicação. Também não irá avaliar produtos técnicos/eventos. A produção técnica dos docentes e discentes da Área é avaliada no quesito inserção social, o mesmo acontecendo com a organização de eventos.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	<p>O conjunto de atividades deverá atender à(s) área(s) de concentração proposta(s), às linhas de pesquisa e aos projetos em andamento.</p> <p>A(s) área(s) de concentração visa(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do Programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. Avalia-se a atualidade da(s) área(s) de concentração e sua relevância.</p> <p>As linhas de pesquisa devem expressar a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração e, representar um recorte específico e bem delimitado da área de concentração.</p> <p>Os projetos desenvolvidos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa.</p> <p>A matriz curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos e textos científicos, preferencialmente de</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>artigos publicados em periódicos acadêmicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, conforme o nível do curso.</p> <p>A cada triênio o Programa deverá informar as modificações ocorridas no período.</p>
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>40%</p>	<p>O Programa deve relatar: a) elementos que evidenciem sua relevância e impacto regional, nacional ou internacional de sua atuação na formação de mestres e doutores; e b) os resultados dos convênios de cooperação tecnológica ou científica de âmbito nacional, no caso de curso de mestrado e de âmbito nacional e internacional, no caso de curso de doutorado.</p> <p>O Programa deve indicar em seu relatório: a) sua estratégia de prospecção de alunos; b) o processo de seleção de candidatos a aluno, com os requisitos de entrada, periodicidade de ingresso (semestral, anual, bianual, entre outras) e o número previsto de ingressantes por período.</p> <p>A existência de critérios e procedimentos para credenciamento de orientadores de mestrado e de doutorado são importantes sinalizadores de qualidade.</p> <p>O Programa de Pós-Graduação (PPG) deve apresentar um plano de atualização acadêmica dos docentes do corpo permanente e a renovação (p.e. substituição de aposentados) deste corpo docente.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>20%</p>	<p>O relatório do Programa deve evidenciar que a <i>IES</i> proponente do curso disponibiliza recursos – salas de aula, espaço para professores, alunos, grupos de pesquisa, laboratórios, áreas experimentais, biblioteca, coordenação do PPG, secretaria, acesso às bases de periódicos e de dados, entre outros itens - necessários ao adequado funcionamento</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>do PPG.</p> <p>Esses recursos devem atender às necessidades do Programa e das pesquisas conduzidas por seus docentes e discentes.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	<p>O corpo docente permanente deve ser capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa. Analisa-se a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do egresso, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Avalia-se a especialidade e adequação do núcleo docente permanente (<i>NDP</i>) em relação à proposta do Programa. Para tanto, verifica-se em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a referida proposta.</p> <p>Será verificada a diversidade de formação dos docentes, quanto a ambientes e instituições, valorizando-se indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições. É recomendável que o <i>NDP</i> de um Programa seja egresso de diferentes Programas de Pós-Graduação, apresentando relativa heterogeneidade na formação acadêmica.</p> <p>Será verificada a experiência, projeção nacional e internacional, natureza da produção intelectual, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	20%	<p>De acordo com a Portaria CAPES nº 02/2012, integram a categoria de docentes permanentes os docentes assim enquadrados, declarados e relatados anualmente pelo programa, e que atendam a todos os seguintes requisitos:</p> <p>I - desenvolvam atividades de ensino na Pós-Graduação e/ou Graduação;</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>II - participem de projetos de pesquisa do Programa;</p> <p>III - orientem alunos de mestrado ou doutorado do programa, sendo devidamente credenciados como orientador pelo Programa de Pós-Graduação e pela instância para esse fim considerada competente pela instituição;</p> <p>IV - tenham vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais:</p> <p>a) quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;</p> <p>b) quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do Programa;</p> <p>c) quando tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do Programa;</p> <p>d) quando, a critério do Programa, o docente permanente não atender ao estabelecido pelo inciso I do caput deste artigo devido à não programação de disciplina sob sua responsabilidade ou ao seu afastamento para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência e Tecnologia, desde que atendidos todos os demais requisitos fixados por este artigo para tal enquadramento.</p> <p>Os procedimentos relativos ao credenciamento e renovação de credenciamento de docentes devem estar descritos na proposta do Programa e declarados em seu regimento.</p> <p>Quanto à oscilação do corpo docente permanente, recomenda-se especial atenção ao artigo 1º da Portaria CAPES</p>
--	---



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Nº 01/2012 estabelece que: “§ 1º A estabilidade do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo Programa será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de Área e pela Diretoria de Avaliação.</p> <p>§2º Por ocasião das avaliações dos programas, será requerido dos mesmos as justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos, ano a ano, dos integrantes dessa categoria de acordo com as regras bem definidas que devem constar obrigatoriamente nos respectivos regimentos.”</p> <p>Quando for o caso, a proposta do programa deve esclarecer as razões para a oscilação da composição de seu NDP.</p> <p>Assim, o item será avaliado considerando-se a média da proporção de docentes permanentes mantida no NDP a cada ano do triênio.</p> <p>A proporção de NDP deverá seguir os parâmetros definidos pela área, conforme Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012 e definições do CTC-ES. Mínimo de 70% de docentes permanentes. Máximo de 30% do NDP em condições especiais (PRODOC, aposentados e conveniados).</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	40%	<p>Atentar para o equilíbrio na participação dos docentes permanentes em disciplinas e orientação na Pós-Graduação.</p> <p>Será avaliado a participação docente, formas e impacto da atuação dos docentes permanentes (DP) em projetos de pesquisa. Atuação dos DP como bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq ou equivalente, na obtenção ou captação de financiamentos (públicos ou privados) e em programas ou projetos especiais.</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>O Programa deve ter o mínimo de 90% dos docentes permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na Pós-Graduação e em pesquisa e desenvolvimento de projetos.</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Verificar a participação dos docentes nas atividades de ensino e orientação na Graduação (orientação de IC, monografia, tutoria e estágios formais).</p> <p>Verificar as implicações positivas dessa participação na formação de futuros ingressantes na Pós-Graduação.</p> <p>O programa deve ter no mínimo 80% dos docentes permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na Graduação.</p>
<p>3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações</p>	<p>35%</p>	
<p>3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>	<p>30%</p>	<p>Será avaliada a quantidade de teses e dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente, verificando se a proporção é adequada e se as Teses e Dissertações concluídas indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação.</p> <p>É altamente desejável que a conversão de trabalhos de Teses/Dissertações em trabalhos publicados seja um procedimento regular no Programa, se possível como uma exigência do regimento interno de cursos de Doutorado. Os Programas devem estimular a participação de discentes em estágios de intercâmbio científico, doutorado sanduíche, e congressos. A diversidade de origem do corpo discente é um indicador positivo para o Programa, pois reflete sua visibilidade regional e nacional. O tema das dissertações e teses deve se correlacionar com o foco da Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros.</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	15%	<p>Será avaliado se todo discente tem orientador e se todos os docentes permanentes orientaram no triênio. Todos os docentes permanentes devem orientar pelo menos um aluno no triênio. A distribuição discente/docente deve ser equilibrada dentre os docentes, apresentando a relação discente/docente adequada. Os valores de referência para a relação aluno/orientador na Zootecnia/Recursos Pesqueiros deve preferencialmente estar entre 2 e 12 alunos/orientador, VALOR ESTE ABSOLUTO POR DP E NÃO MÉDIA DO PROGRAMA. Este valor é referente ao número total de alunos por orientador considerados, TODOS os PPGs onde o orientador atua.</p> <p>Nos casos em que este limite superior seja ultrapassado deverão ser observados os seguintes critérios de excelência: o orientador deverá atender aos tempos médios previstos para a conclusão de Mestrados e Doutorados sob sua orientação; deverá ter produção científica em termos de artigos científicos nos estratos A1, A2 e B1 compatíveis com os critérios de excelência da Zootecnia/Recursos Pesqueiros; deverá ser pesquisador do CNPq ou equivalente; deverá comprovar sua capacidade de captar recursos compatíveis com o número de orientações.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	45%	<p>As teses e dissertações devem estar vinculadas às atividades e perfil do Programa. Vinculação dos trabalhos de conclusão (Teses e Dissertações) com as publicações do Programa. A porcentagem de participação discente nas publicações é parâmetro fundamental na avaliação. A disponibilização das Teses e Dissertações na Internet, conforme a Portaria CAPES nº 13/2006, não é considerada publicação, nos termos deste item.</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Será avaliada, também, a vinculação das Teses e Dissertações com a produção científica e tecnológica do Programa.</p> <p>A banca examinadora deve conter, no mínimo, um membro externo ao Programa no caso de Mestrado, e dois membros externos ao Programa no caso de Doutorado.</p> <p>A participação de egressos do Programa como membros de bancas examinadoras deve estar pautada na produção científica e experiência acadêmica compatível com o perfil do orientador.</p> <p>Será analisada a participação de discentes-autores, quanto ao número de artigos publicados e a proporção de discentes autores em relação ao total de discentes do Programa. Será avaliado a participação dos alunos de graduação, bolsistas de IC. Serão considerados egressos aqueles titulados até 3 anos.</p> <p>Será avaliada a participação de alunos da graduação nas publicações (Qualis, Resumos e Artigos completos em Anais de Congressos etc.).</p> <p>Será considerada a porcentagem de discentes com bolsa sanduíche (PDE) no triênio.</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Este item será avaliado pelo tempo médio de formação de Mestres e Doutores, observando-se a mediana do tempo de titulação da Área Zootecnia/Recursos Pesqueiros para mestrado e doutorado.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	A produção intelectual será avaliada tendo por base o Qualis da Área. A área recomenda que a produção de docentes permanentes que participam em mais de um Programa seja discriminada pelos coordenadores, levando-se em consideração o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>O lançamento de produção sem vínculo efetivo (projetos em cooperação, orientação ou sem vinculação temática) será glosado da produção do Programa.</p> <p>As publicações qualificadas serão avaliadas pelo número de artigos publicados pelo corpo docente permanente relativamente ao DP por ano.</p> <p>Avaliação quantitativa: número de artigos equivalentes A1 publicados pelo corpo docente permanente, por DP por ano, no Qualis da área.</p> <p>O número médio de artigos publicados pelo corpo docente permanente em periódicos A1, A2 e B1 do Qualis da Área será avaliado como qualidade de publicações.</p>		
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Será verificada a distribuição das publicações do Qualis entre os docentes permanentes. É recomendável que todo docente permanente publique e que a distribuição da produção seja equilibrada entre os docentes, áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa.		
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	Será verificada as produções relevantes (produção técnica, processos, cultivares, linhagens, patentes, produtos etc.) compatíveis com o perfil do programa e corpo docente permanente.	Será verificado os livros e capítulos de livros de editoras reconhecidas.	Patentes, produtos e inovações.
5 – Inserção Social	10%			
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	60%	Será analisada a atuação do Programa no contexto regional, nacional e internacional, considerando-se o impacto científico, tecnológico, econômico, educacional e envolvimento em ações de integração social e de solidariedade. A inserção e o impacto regional e/ou nacional do Programa devem ser destacados na forma		



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>de integração e cooperação com outros centros de ensino e pesquisa, relacionados à área de conhecimento do Programa, visando ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-Graduação. No aspecto nucleação, os Programas devem relatar o envolvimento de seus docentes e discentes na formação e consolidação de novos núcleos de pós-graduação.</p> <p>Desenvolvimento Tecnológico Será analisado novas técnicas, produtos e processos desenvolvidos pelo Programa.</p> <p>Impacto Regional Será avaliado ações de extensão do Programa com efetivo envolvimento do corpo docente e discente.</p> <p>Impacto Educacional Será avaliado a produção de materiais técnicos e didáticos, bem como atividades de formação de recursos humanos em cursos de <i>Lato sensu</i>/aperfeiçoamento.</p> <p>Atuação Acadêmica destacada Serão avaliados os prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa; participações do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.) como: (a) editores de periódicos Qualis da Área; (b) consultores <i>ad hoc</i> de periódicos; (c) organizadores, palestrantes, chairman, debatedores, etc, de eventos internacionais e nacionais; (d) representantes de sociedades científicas.</p> <p>Cooperação com o Setor Público e Privado Será avaliado a participação dos docentes permanentes do Programa em parcerias de pesquisa, desenvolvimentos e inovação.</p>
--	--



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Nucleação Será avaliada a participação de egressos do Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação, baseando-se principalmente na capacidade de nucleação, ou seja, na porcentagem de egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a Programas de Pós-Graduação como docentes e orientadores
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	25%	Será avaliada a participação em programas de cooperação e intercâmbios sistemáticos (nacionais e/ou internacionais); participação em projetos de cooperação entre Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da Pós-Graduação (atuação de professores visitantes; participação em programas como "Casadinho", PROCAD, PQI, Dinter/Minter, CAPES/COFECUB ou similares). Também será avaliada a parceria com empresas.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	Será avaliada a divulgação de forma atualizada dos dados internos do Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas; e também de teses e dissertações (salvo em casos de sigilo, com justificativa). Normalmente na forma de web. Visibilidade nacional/internacional: Serão avaliadas as participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais; Colaborações internacionais (docência, consultorias, editoria, visitas); Assessoria <i>ad hoc</i> em revistas científicas nacionais e internacionais; Participação em intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade; Cooperação e fomento de instituições



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de alunos e de docentes; Participação discente em atividades e em publicações no exterior; Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados; Produção científica destacada no cenário internacional (será avaliado o veículo e a proporção da produção internacional); Presença de docentes, pós-doutores ou discentes estrangeiros no programa; Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa; Prêmios, reconhecimento ou destaque de nível internacional;</p> <p>Obs.: A visibilidade internacional tem grande relevância no estabelecimento de notas 6 e 7.</p>
--	--	--

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área
1.5. Articulação do Programa de Mestrado Profissional com cursos acadêmicos de pós-graduação na mesma instituição.	10%	- Examinar a articulação entre o Programa de Mestrado Profissional com os demais cursos acadêmicos da mesma instituição, verificando a participação de docentes dos cursos acadêmicos no MP. Esse item não se aplica a Curso com edição única ou a Cursos de Mestrado Profissional em instituições que não contam com cursos de Mestrado ou Doutorado na área em que está sendo oferecido o curso de Mestrado Profissional.
2. Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	60%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional). - Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	20%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.-Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do Programa entre os Docentes Permanentes
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	30%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17/2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17/2009) concluídos e o número de docentes do Programa



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.- Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar o número total de publicações do Programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	<p>Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros).Artigos publicados em periódicos técnicos.Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais.Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.Elaboração de protocolos, normas ou programas.Consultoria ou assessoria técnica.Produtos técnicos.Protótipos.Patentes.Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do Programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do Programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>f) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da Pós-Graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006)

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

A internacionalização pode ser definida em dois níveis: a inserção internacional e as ações que visam à internacionalização. A dimensão da inserção internacional resulta da qualidade científica do Programa de Pós-Graduação. O aspecto mais básico é a qualidade dos periódicos utilizados para a divulgação dos resultados das pesquisas e o reconhecimento pelos pares, que é evidenciado pelas citações. Além das publicações, a qualificação internacional pode ser aferida pela participação dos quadros dos PPGs na arbitragem de artigos e editoria de periódicos qualificados, na participação por convite para apresentar, organizar, coordenar ou presidir eventos científicos relevantes na Área,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

participar de bancas e Comitês de Avaliação, obtenção de financiamento de origem internacional, projetos conjuntos e cotutela de Teses, entre outros. As ações que objetivam a internacionalização podem ser identificadas na mobilidade de Docentes e Discentes e no oferecimento de Disciplinas e Cursos, entre outros. As ações de melhoria da qualidade da escrita e da comunicação em Inglês Científico devem ser objeto da atenção dos PPGs da Zootecnia/Recursos Pesqueiros.

Internacionalização significa gerar e manter no programa um "ambiente internacional" no sentido amplo da expressão, não sendo traduzido por ações pontuais, efêmeras e circunstanciais. Deve ser caracterizada por ações contínuas, estruturadas, calcadas em planos de ação definidos em diferentes níveis de hierarquia como PPG, departamento, faculdade ou universidade.

Considerações sobre atribuição de notas 6 e 7:

Os PPGs que atingem as notas 6 e 7 devem apresentar nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos, baseando-se nos seguintes indicadores:

Participação Internacional: Participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais; Colaborações internacionais (projetos, docência, consultorias, editoria, visitas); Participação em intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade; Cooperação e fomento de instituições internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de alunos e de docentes; Assessorias ad hoc em revistas científicas de circulação internacional; Assessorias a agências de fomento internacionais; Participação discente em atividades e em publicações no exterior; Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados; Produção científica destacada no cenário internacional (será avaliado o veículo e a proporção da produção internacional); Presença de docentes ou discentes estrangeiros no programa; Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa; Prêmios, reconhecimento ou destaque de nível internacional.

Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação, baseando-se principalmente na



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

capacidade de nucleação, ou seja, na porcentagem de egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a programas de pós-graduação como docentes e orientadores; Proporção de docentes do NDP com bolsa PQ do CNPq, ou equivalente; Integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

Produção intelectual qualificada: Alta produção científica em periódicos nos estratos B1, A2 e A1, em particular um percentual considerável de participação nos estratos A2 e A1.

Indicadores: A avaliação visa identificar um conjunto de atividades que evidenciem a maturidade e a qualidade das atividades dos PPGs de excelência: convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa; intercâmbio que envolva financiamento recíproco entre os parceiros; financiamento internacional; participação em bancas no exterior; produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros; participação de docentes em editoria internacional e arbitragem de artigos em periódicos qualificados; participação em editais internacionais; intensidade da mobilidade internacional de Docentes e Discentes, tanto no envio quanto no recebimento; estímulo a doutorado sanduíche com produção vinculada à temas internacionais; cotutela; dupla titulação com PPGs de referência no exterior; participação de docentes permanentes em comitês de organização de eventos internacionais e em organizações internacionais; participação internacional de docentes permanentes como professores visitantes; prêmios e reconhecimento de nível internacional; conferências e palestras no exterior; cursos ofertados no Brasil por docentes/pesquisadores estrangeiros e em língua inglesa, entre outros.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual)



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 23 - ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALEXANDRE DE MELLO KESSLER	UFRGS	Consultor(a)
ALEXANDRE HOLANDA SAMPAIO	UFC	Consultor(a)
ANTONIA SHERLANEA CHAVES VERAS	UFRPE	Consultor(a)
BERNARDO BALDISSEROTTO	UFSC	Consultor(a)
CLAUDIO MANOEL RODRIGUES DE MELO	UFSC	Consultor(a)
CLOVES CABREIRA JOBIM	UEM	Coordenador(a) Adjunto(a)
EDENIO DETMANN	UFV	Consultor(a)
FERNANDO GUILHERME PERAZZO COSTA	UFPB/AREIA	Consultor(a)
FLÁVIO DUTRA DE RESENDE	APTA	Consultor(a)
IRAN BORGES	UFMG	Consultor(a)
JOANIS TILEMAHOS ZERVOUDAKIS	UFMT	Consultor(a)
JOSE LINDENBERG ROCHA SARMENTO	FUFPI	Consultor(a)
JOSE NEUMAN MIRANDA NEIVA	UFT	Consultor(a)
LUIZ GUSTAVO NUSSIO	USP	Consultor(a)
MARCO ANTONIO ALVARES BALSALOBRE	DGNNO CP	Consultor(a)
MARCOS INÁCIO MARCONDES	UFV	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
MARGARIDA MARIA BARROS	UNESP/BOT	Consultor(a)
MARIA JOSE TAVARES RANZANI DE PAIVA	IP	Consultor(a)
PAULO BORGES RODRIGUES	UFLA	Consultor(a)
PAULO HENRIQUE MAZZA RODRIGUES	USP	Consultor(a)
SHEYLA FARHAYLDES SOUZA DOMINGUES	UFPA	Consultor(a)
TELMA TERESINHA BERCHIELLI	UNESP/JAB	Coordenador(a)